



SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE: PERCEPÇÃO DE JOVENS PERIFÉRICOS SOBRE A REALIDADE EM QUE ESTÃO INSERIDOS

SEGREGATION AND INEQUALITY: PERCEPTION OF YOUNG LOW-INCOME NEIGHBORHOODS RESIDENTS ON THE REALITY THEY EXPERIENCE

Aline Abrantes Soares¹
Ana Paula Silveira Magalhães Mansueto²
Luiza Maria Medeiros da Silva³
Vitória Paula Magalhães Nascimento⁴
Tayná Brandão Silva Prata⁵
Maria Madalena Silva de Assunção⁶

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a percepção de jovens moradores da periferia da cidade de Belo Horizonte no que se refere à sua inserção na realidade do trabalho, educação, esporte e lazer, bem como sua mobilidade nos espaços urbanos. Para isso, realizamos oito entrevistas com jovens na faixa etária entre 16 a 23 anos que residem em bairros periféricos da capital mineira. Isso tornou possível elucidar as vivências desses sujeitos em seus contextos sociais, bem como compreender os desafios enfrentados por esses jovens e as perspectivas apontadas por eles para ultrapassar as barreiras encontradas cotidianamente.

Palavras-chave: Jovens; Periferia; Belo Horizonte; Segregação; Desigualdade.

ABSTRACT: This article aims to discuss the perception of young people living on Belo Horizonte's low-income neighborhoods with regard to their insertion in the reality of work, education, sport and leisure, as well as their mobility in urban spaces. For this, we conducted eight interviews with young people aged between 16 and 23 years old who live in peripheral neighborhoods of the Minas Gerais' capital. These interviews allowed to elucidate the experiences of these subjects in their social contexts, as well as to understand the challenges faced by these young people and the perspectives pointed out by them to overcome the barriers encountered daily.

Keywords: Youth; Low-income neighborhoods; Belo Horizonte; Segregation; Inequality.

1 INTRODUÇÃO

Buscamos investigar nesta pesquisa a segregação urbana e a desigualdade com enfoque na percepção dos jovens periféricos residentes na regional Norte⁷ de Belo Horizonte (BH)

¹ Graduanda do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. alineabrantes2@gmail.com

² Graduanda do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas; anapaulamansueto@gmail.com

³ Graduanda do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. luhparrish@gmail.com

⁴ Graduanda do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. vitoria_magalhaesvp@hotmail.com

⁵ Graduanda do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. taynabrandao2011@hotmail.com

⁶ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. mariamadalenabhz@gmail.com

⁷ Neste trabalho, optamos por utilizar a regionalização administrativa proposta pela Prefeitura de Belo Horizonte que divide a cidade em nove regionais. Essa escolha leva em consideração, além de aspectos geográficos, a es-

sobre seu acesso e inserção nos espaços de cultura, educação, saúde, lazer e trabalho. Foram entrevistados oito jovens, na faixa etária entre 16 e 23 anos, que residem em bairros periféricos da regional citada. A realização desta pesquisa foi de grande importância por trazer uma realidade mostrada pelos próprios sujeitos da pesquisa e ainda pouco explorada pela Psicologia.

No que diz respeito à relação dos jovens e o trabalho formal, foi investigado como estes se reconhecem como parte de grupos sociais e economicamente excluídos e quais os impactos relacionados às oportunidades de emprego e o preconceito que percebem no próprio fluxo entre as regiões e espaços públicos de Belo Horizonte. Além disso, um fator relevante é a situação da saúde pública nas periferias, que tem se mostrado como um grande desafio para a população periférica. Aspectos como falta de saneamento básico, precariedade nas condições de moradia, falta de comunicação sobre prevenção de doenças, entre outras, são aspectos que fazem com que as periferias estejam mais vulneráveis. É inegável, portanto, que estas variáveis contribuem para que o jovem periférico fique ainda mais segregado e com a qualidade da sua saúde ameaçada.

2 JUVENTUDE E PERIFERIA

2.1 O conceito de periferia e caracterização da periferia belo-horizontina

A periferia é o lugar da “negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização” (MARTINS, 2008 *apud* SOTO, 2008, p. 110). Na periferia, identificamos “um lugar distinto, o extremo da urbanização degradada, isto é, das habitações precárias, inacabadas, provisórias, da falta de infraestrutura que surgiu nos anos 1960”, onde “as casas [são] pequenas, as ruas estreitas, sem praças e sem plantas, terrenos reduzidos e sujeiras” (MARTINS, 2008 *apud* SOTO, 2008, p. 116).

A cidade de Belo Horizonte, uma grande metrópole urbanizada, possui elementos de um planejamento urbano fundante, com uma região central, circunscrita pela Avenida do Contorno, e um “subúrbio, destinado à manutenção e alimentação do centro, principalmente com um cinturão rural” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2000). Este “projeto da

estrutura do governo municipal na distribuição de equipamentos e políticas públicas. Deste modo, para nos referirmos às localizações analisadas, utilizamos o conceito de regional.

cidade” não foi seguido com o passar dos anos. Na estrutura atual⁸, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), a cidade possui estimativa de 2.521.564 habitantes, com uma área aproximada de 331,6 km², dentre os quais 282,3 km² são área urbana, e uma densidade demográfica de 7.167 hab/km². Sua organização administrativa se divide em nove regionais, dentre as quais a regional Norte, local de residência dos jovens estudados nesta pesquisa. A cidade de Belo Horizonte é diversa e possui regiões com desenvolvimentos social e econômico distintos, bem como a sua “periferia”, que também é plural, podendo ser chamada, inclusive, segundo o próprio Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2000), de periferias belo-horizontinas.

Segundo Cotta e Silva (2016), as regiões periféricas de Belo Horizonte se caracterizam pelo estabelecimento de conjuntos habitacionais (fortalecidos nos anos 1980) que, juntamente com as vilas e favelas, constituem o ambiente das moradias dessas regiões de maior vulnerabilidade social. A caracterização de periferia ultrapassa a dimensão de caráter físico e, a partir de critérios como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁹, é ampliada para a análise das condições de vida.

2.2 Conceito de juventude

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNESCO (ABRAMOVAY *et al.*, 2004), podemos nos referir à juventude como um período da vida em que as pessoas passam por uma transição da infância para a vida adulta, na qual ocorrem mudanças biológicas, psicológicas, sociais, sujeitas a variações de acordo com os diferentes contextos étnicos, raciais, culturais e de gênero. Para Abramovay e Castro (2015, p. 14), “a juventude por definição é uma construção social, uma produção de uma determinada sociedade, relacionada com formas de ver os jovens”. A juventude é vista e vivida de maneiras variadas em contextos distintos, o que originou a terminologia “juventudes”, se referindo, assim, às diferentes culturas juvenis.

A transição para a vida adulta pode ser mediada pela inserção no mundo do trabalho, pela escolarização, vida sexual etc. (MARINHO, 2015). Essa fase da vida também é marcada

⁸ Os dados apresentados foram compilados dos sites da Prefeitura de Belo Horizonte e do IBGE, tendo como referência o ano de 2020. (Cf. Belo Horizonte (MG) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/belo-horizonte.html>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador internacional baseado em dados da expectativa de vida, escolaridade, educação e PIB per capita.

pelas crises identitárias. A partir desses elementos, que são traços marcantes da condição juvenil, percebemos que o jovem da periferia passa por esse momento de maneira própria, visto que além das dificuldades inerentes a essa época, precisa enfrentar os problemas sociais que o cercam e que, a cada momento, marcam os caminhos e as possibilidades que lhes são ofertadas. Essa população, portanto, vive em uma situação intensificada de crise. Além disso, é sabido que a maior população jovem periférica se constitui de jovens negros, que concluíram o Ensino Fundamental, alguns em situação de trabalho formal. Uma parte da população jovem, porém, vive em vulnerabilidade total, sem estudo, trabalho e renda.

2.3 Inserção do jovem periférico nas diversas realidades urbanas

A juventude periférica sofre com a precarização de sua mão de obra, em virtude de sua pouca qualificação. Os jovens periféricos apresentam novos anseios, “mas eles ainda estão limitados pela falta de profissionalização e pela fragilidade da formação escolar” (ROSELLI-CRUZ, 2013, p. 37), o que os torna muitas vezes sem opção de escolha. Além disso, muitos jovens pobres são o centro de geração de renda para a família, ou responsáveis pelos irmãos mais novos, o que torna a entrada precoce no mundo do trabalho um imperativo para grande parte desta população.

A segregação desses jovens no mundo do trabalho também passa pelo seu local de residência. O empregador, muitas vezes, busca um candidato que more mais perto do local de trabalho e tenha menos gasto com o auxílio-transporte. Esta argumentação, por vezes verdadeira, não deixa de carregar um olhar estigmatizado em relação aos jovens que residem na periferia. Associado a isso aparece a questão da falta de endereço formal, realidade de muitas pessoas que residem nas favelas brasileiras e mostra a ausência de documentos básicos que os assegurem como cidadãos (GOMES; MORAES, 2016).

A escola constitui-se como um local importante na dimensão formativa dos jovens e é vista por eles como um meio através do qual eles podem garantir uma melhor qualidade de vida (DUARTE, 2014). Às vezes, o interesse pela educação surge apenas quando percebem uma demanda do mercado de trabalho pela escolarização, e neste momento eles têm que recorrer à Educação de Jovens e Adultos (EJA), em função da idade e do tempo disponível para os estudos.

Fatores relevantes apontados para a evasão escolar, além da associação entre trabalho e escola, são a dificuldade de transporte e a migração. A má qualidade do ensino também é vista como um fator que não propicia a permanência desses jovens nas instituições de ensino.

Na medida em que o jovem não consegue aprender ou se preparar adequadamente, de acordo com os padrões exigidos pelo mercado de trabalho, ocorre a inacessibilidade a um trabalho melhor, que levaria à melhoria das condições de vida na periferia, alimentando o ciclo da exclusão.

O acesso aos bens culturais, lazer, esporte e entretenimento, direito fundamental garantido pela Carta Constitucional Brasileira de 1988 e pela Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013, constante no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), é negligenciado para grande parte da população. O lazer está atualmente relacionado aos interesses da indústria cultural e é tratado como produto mercadológico, que visa lucro, e seu acesso é condicionado pelo poder de compra. A distribuição geográfica da maioria dos equipamentos culturais, que se concentra nas regiões onde reside a população de maior poder aquisitivo, favorece a segregação da população periférica neste ponto.

Além da dificuldade de acesso aos bens culturais, os jovens periféricos ainda sofrem preconceitos na entrada desses locais por parte de equipes de segurança, o que evidencia a discriminação e a exclusão social a que eles estão sujeitos. Apesar de existirem investimentos públicos, os Centros Culturais e de Referência, equipamentos públicos destinados ao desenvolvimento cultural, não são suficientes para atender toda a população periférica.

Em relação à mobilidade urbana, esta pode ser entendida como todas as formas de locomoção individuais e coletivas entre os diferentes pontos de determinada cidade ou metrópole e é considerada como uma das “principais condições de inserção na sociedade atual” (CERQUEIRA, 2018, p. 36). Os desafios de deslocamento enfrentados pela população periférica estão ligados à localização de suas atividades cotidianas, como trabalho, educação, saúde, lazer, tipicamente concentradas nas regiões centrais. Em Belo Horizonte, a desigualdade da população investigada nesta pesquisa se estabelece em razão dos longos percursos a serem vencidos entre as regiões Norte e Centro-Sul, do congestionamento no trânsito, da superlotação dos transportes públicos e dos valores das passagens. O excessivo tempo de deslocamento surge como resultado desta combinação e gera “situações significativas de exclusão social” (CERQUEIRA, 2018, p. 36). Os jovens residentes das periferias padecem com a oferta de atividades locais que não suprem suficientemente suas necessidades e demandas. Entre os que usufruem dos espaços centrais para atividades de comércio, serviços, lazer ou trabalho, observa-se uma dependência do sistema de transporte público.

3 METODOLOGIA

Com o propósito de compreender como jovens periféricos se percebem diante de toda vulnerabilidade social na qual estão imersos, esta pesquisa se pautou em uma abordagem qualitativa com a utilização da entrevista semiestruturada, com oito jovens¹⁰, sendo quatro rapazes e quatro moças, na faixa etária entre 16 e 23 anos, residentes de bairros periféricos da regional Norte de Belo Horizonte. Esta regional foi selecionada por contar com um número significativo de bairros considerados “periféricos”, de acordo com o Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte, e por sua localização geográfica englobar um território bastante familiar e de circulação das pesquisadoras.

As entrevistas foram realizadas via plataformas *on-line*, uma vez que o contexto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) não proporcionou um cenário seguro para o contato direto com os participantes. Foi realizada uma entrevista com cada sujeito. Mediante autorização dos participantes, as entrevistas foram gravadas e seu conteúdo, posteriormente, foi transcrito, de forma a garantir fidedignidade aos dados obtidos e viabilizar sua análise.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A seguir, apresentaremos a discussão dos dados a partir das seguintes categorias: percepção do jovem sobre sua inserção no mundo de trabalho; percepção do jovem sobre sua inserção na educação formal; percepção do jovem sobre sua inserção nos espaços culturais, na prática esportiva e nos momentos de lazer; percepção do jovem sobre sua mobilidade urbana. A seguir, um perfil sintetizado dos entrevistados.

4.1 Caracterização dos sujeitos entrevistados

Esta pesquisa contou com a participação de oito entrevistados, sendo quatro mulheres e quatro homens, na faixa etária de 16 a 23 anos. Quanto à escolaridade, cinco deles, Emily, Jaqueline, Kiara, George e Henry,¹¹ estavam cursando o Ensino Médio na época das entrevistas, e os três restantes, Júlia, Erick e Lucas, cursavam a graduação. Desses jovens, seis são trabalhadores, sendo uma delas trabalhadora informal e o restante formal, e somente Henry e

¹⁰ A decisão por entrevistar este número de jovens se deu em razão da possibilidade de realização das entrevistas.

¹¹ Os nomes utilizados no presente artigo são fictícios.

Lucas encontravam-se exclusivamente estudando. Além disso, suas ocupações variavam entre estudante, Jovem Aprendiz, estagiário, balconista de farmácia, caixa de padaria e trabalhador autônomo. Dos oito entrevistados, quatro moram na região do bairro Tupi/Lajedo, dois são residentes do bairro Novo Aarão Reis, um mora no bairro Monte Azul e um no Planalto, todos pertencentes à regional Norte de Belo Horizonte. Quatro dos entrevistados não frequentam nenhum espaço religioso, mas Emily e Júlia são evangélicas, Jaqueline é adventista do sétimo dia e George, católico. O grupo entrevistado é composto unicamente por pessoas cisgêneras, sendo que nenhuma delas possui deficiência.

4.2 Sobre a inserção no mundo do trabalho e na educação formal

Buscou-se compreender como se dá a vivência de cada um dos entrevistados nos espaços institucionais de trabalho, investigando, também, as experiências na educação formal e a articulação entre esses dois âmbitos sociais.

Seis dos oito entrevistados são jovens trabalhadores; destes, apenas Jaqueline realiza suas atividades de maneira informal, tendo a função de cuidar de algumas crianças e dar aulas de reforço escolar. As entrevistadas Emily e Kiara atuam como Jovens Aprendizes, sendo que a primeira trabalha na área comercial de uma empresa de construção civil e a segunda no setor de relacionamento com o cliente. Erick é caixa de padaria, e George é balconista em uma farmácia. Júlia faz estágio remunerado pelo curso de engenharia aeroespacial, produzindo, através do Instagram, conteúdos para a captação de clientes. Cinco desses entrevistados estão cursando o Ensino Médio, quatro deles estão no terceiro ano e um no segundo. Destes, apenas George é estudante de uma escola particular.

Sobre o ingresso de cada um nas atuais empresas onde trabalham, constata-se que George e Júlia iniciaram em 2020; Erick entre 2017 e 2018; Emily e Kiara em 2019. Para as duas últimas, este é o primeiro trabalho; os demais, no entanto, já tiveram outras experiências envolvendo práticas informais anteriores ao início no mercado formal. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgou, em 2015, um relatório apontando que jovens brasileiros de 15 a 17 anos são os mais inseridos no meio informal de trabalho. Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em uma pesquisa sobre o Trabalho Decente e Juventude (2015), apresenta o trabalho informal como uma prática precária, instável, com remuneração inferior, que padece de direitos e proteção. Contudo, percebe-se certa falta de escolha e oportunidades para o jovem brasileiro, fazendo-o se submeter a esse tipo de exercício, como foi evidenciado pelos entrevistados.

Todos os entrevistados começaram a trabalhar, formal ou informalmente, ainda menores de idade. Dois deles iniciaram antes dos 15 anos (George e Erick), e três outras entre 15 e 17 anos (Júlia, Kiara e Emily). Eles afirmam que essa inserção teve impactos em suas vidas, gerando mudanças como pagar as despesas e aluguel da casa onde mora com o marido, no caso de Emily; ter mais responsabilidade e crescimento pessoal, no caso de Júlia; expressivo desenvolvimento pessoal, sobretudo, pela superação da timidez, no caso de Kiara.

Além disso, George mencionou a independência que se adquire trabalhando e a satisfação em ter o próprio dinheiro. Contudo, Erick revela que em razão de sua família nuclear ser composta apenas por ele, a mãe e duas irmãs mais novas, foi preciso se inserir no trabalho para ajudar com as demandas de casa, evidenciando que, apesar dos pontos positivos da entrada no mercado de trabalho, esta se dá muito por necessidade do que apenas por escolha. Silva (2017) discute sobre a existência de uma moratória social muito presente na vida dos adolescentes da periferia: por um lado, essa é uma fase em que eles poderiam se dedicar à vida coletiva e ter experiências diversas sem muito compromisso, mas, por outro,

Esses indivíduos, apartados da moratória social, são aqueles que, devido a sua origem periférica na sociedade e no afã de atenderem de alguma forma suas necessidades de sobrevivência, precocemente são lançados ao mundo do trabalho, para poderem se manter (SILVA, 2017, n.p).

Em relação à educação formal, os jovens salientam que querem dar continuidade aos estudos, com exceção de George, que pretende se preparar para um concurso de bombeiros ao invés de seguir para uma faculdade após concluir o Ensino Médio. Com isso, ele representa parte da população jovem que opta por investir no ingresso no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a escolha de George pode ser relacionada a um dos marcos socialmente considerados na transição para a vida adulta, o início da vida produtiva (MATTOS; CHAVES, 2010), havendo também, como expôs o jovem Erick, o fator financeiro. Nesse âmbito, diante da necessidade de se ter renda própria – uma das exigências da vida adulta –, os jovens adentram no mundo do trabalho em busca de independência financeira ou de condições para auxiliar nas despesas de casa. Assim, muitos jovens escolhem apenas a vida de trabalho ou apenas a vida de estudos; a segunda opção não é o que ocorre, normalmente, com o jovem periférico.

Alguns fatores foram citados como potencializadores da permanência dos jovens nas instituições educacionais. Dentre eles, Emily, Henry e Lucas salientaram a preferência por disciplinas cujos professores são admirados, enquanto Júlia e Kiara expressaram preferências mais relacionadas a amizades e vínculos com as pessoas. Ambos os fatores exercem grande

influência na aprendizagem dos alunos, tanto do Ensino Médio, quanto da graduação. Indica-se, nesse sentido, a importância do estabelecimento de uma relação de troca interativa baseada no binômio professor-aluno. Nessa relação, ambos os participantes são vistos como seres sensíveis e dinâmicos, estabelecendo-se, assim, o canal da aprendizagem (SOARES, 1997). Tal situação se repete nas relações de amizade, pois permite que os estudantes se sintam em um ambiente socialmente seguro e confortável, o que tem impacto direto na aprendizagem.

Entretanto, na perspectiva dos entrevistados, a condição educacional escolar e acadêmica poderia ser diferente. Emily argumenta sobre a falta de interesse da direção e dos professores para com os alunos, dizendo que o ideal seria que a instituição atuasse de maneira mais atenciosa, se preocupando, de fato, com a aprendizagem dos estudantes periféricos. Assim como Júlia e Lucas, ao falarem sobre as universidades onde estudam, acreditam que o sistema ideal de ensino começaria pela preocupação dos professores em entender a realidade dos alunos e dos ambientes a que pertencem, dando maior atenção às condições financeiras dos alunos, principalmente aqueles que necessitam de algum auxílio. Kiara ressalta a pouca atenção dada à integração cultural e a falta de liberdade de expressão dos alunos no ambiente escolar. Além disso, George afirma que os alunos aprendem “muita coisa desnecessária” e que é injusto ficarem de recuperação nessas matérias que ele considera não essenciais. Portanto, para ele, a grade curricular de estudo deveria ser modificada.

Para além dos pontos supracitados, os jovens expuseram dificuldades específicas relativas aos conteúdos lecionados. Todos os estudantes do Ensino Médio afirmaram ter dificuldade em aprender matérias da área de Exatas, como matemática, física e química.

Em suma, a questão mais pontuada pelos entrevistados diz respeito à falta de atenção dos professores para com as necessidades dos alunos. Isso provavelmente ocorre, pois a educação atual adveio de uma concepção autoritária, no qual o educador era a autoridade e os desejos e as especificidades dos estudantes eram preteridos. Foi necessário romper com esse método, pois se compreendeu que a formação do grupo, a turma escolar, só seria possível se tanto o desejo do educador, quanto o do educando fossem considerados na construção do conhecimento em grupo (GROSSI; BORDIN, 2000). Mas apesar de ter-se “rompido” com essa forma de ensino, ainda há resquícios dele no contexto atual. Além disso, a dificuldade de aprendizagem relatada por eles, pode ser justificada, entre outros fatores, pela insistência em métodos retrógrados de ensino por parte de alguns professores. Como afirma Paulo Freire (1990, p. 8), o que os alunos aprendem nas escolas auxilia na leitura de mundo deles; por isso, eles precisam ver sentido naquilo que está sendo ensinado. Assim como diz Madalena Freire

(*apud* GROSSI; BORDIN, 2000, p. 23), “aprende-se porque se deseja”: se o ensino não for desejável e não dialogar com a vida daquelas a quem se ensina, não há aprendizado.

Outro desafio se encontra na conciliação entre trabalho e outras atividades cotidianas: cinco desses jovens trabalhadores destacaram suas dificuldades, sendo a mais recorrente a tentativa de equilibrar os estudos escolares e acadêmicos com o emprego. Essa vivência está atravessada por circunstâncias como trânsito e deslocamento, tempo de trabalho, atividades de casa, cansaço físico e mental etc. Percebe-se o impacto que essa rotina tem, inclusive, nas horas de sono desses jovens, pois quase todos relataram que chegam em casa exaustos, que vão dormir tarde, ou que às vezes nem é possível dormir.

[...] Hoje em dia que, igual, eu faço faculdade trabalhando de manhã, aí me atrapalha um pouquinho, porque, como eu trabalho em padaria na parte da manhã, eu tenho que acordar quatro horas da manhã e eu fazia faculdade e eu chegava em casa onze, quase meia-noite. Aí me atrapalhava, porque eu ficava cansadão porque eu chegava do serviço. (ERICK)

Em um artigo da *Revista Nursing* intitulado “Fortalecimento e desgaste da saúde de jovens que trabalham e estudam”, Elen Cabral (2018) pondera como essa rotina pode causar danos a curto e longo prazo. Tal pesquisa aborda a necessidade de políticas públicas de saúde direcionadas a contemplar a carência de entendimento desses jovens sobre saúde e cidadania, devido às condições de trabalho desse público, nem sempre adequadas ao desenvolvimento das habilidades biopsicossociais durante a juventude. “A exiguidade temporal pode ocasionar insuficiência de momentos de individualidade e fruição e reduzir as possibilidades de vivência de aspectos importantes da condição juvenil” (CABRAL, 2018, p. 2398).

Apesar de cinco dos jovens mencionarem que, em certa medida, consideram o salário que recebem satisfatório, levando em conta jornada de trabalho, fácil locomoção, realidade da empresa, pouca idade e conseguir pagar despesas, Jaqueline, que trabalha informalmente, salienta as dificuldades enfrentadas por ela e familiares em relação às questões financeira:

Olha, eu acho que quatro dias com a menina que eu olho é quarenta reais o dia [...]. Mas, graças a Deus, é um valor bom. Porém, imagina que eu precisasse morar sozinha, não daria pra viver, eu iria morrer. [...] Não dá pra falar “Mãe, eu vou pagar a internet”, porque não é um dinheiro fixo. Então não é uma coisa que daria pra eu pagar o meu próprio cursinho, até porque não é um dinheiro fixo. (JAQUELINE)

Com base no relato de Jaqueline, podemos relacionar seus desafios financeiros com a ausência de oportunidade de atuação formal que ofereça um salário compatível. Silva e Mayorga (2016) reiteram essa afirmação ao salientarem que ao longo das duas últimas décadas,

apesar de a juventude ter se tornado foco para pensar ideias de integração jovem à sociedade, os jovens pobres não são considerados como solução econômica e social, mas sim como prejuízo, pois ameaçam a manutenção dos lugares de poder e privilégios sociais. Dessa maneira, historicamente esses jovens são vistos como solução ao serem utilizados como força produtiva, desqualificada e precarizada, para o desenvolvimento econômico da sociedade. Sendo assim,

[...] problematizar o lugar ocupado por esses jovens torna-se relevante em um contexto de produção de desigualdades como o nosso, em que o reconhecimento como sujeito é dado apenas àqueles que alcançaram determinados patamares definidos socialmente. Consideramos que se faz necessário, portanto, aprofundar uma discussão pouco teorizada nos estudos sobre juventude: quem é o jovem pobre? (SILVA; MAYORGA, 2016, p. 299).

Quanto aos benefícios trabalhistas, quatro dos jovens relataram receber vale-transporte, porém Júlia, que está trabalhando em casa devido ao isolamento social, não o tem recebido. Dentre esses quatro jovens, Emily e Kiara, inseridas no programa Jovem Aprendiz – política pública que visa acentuar a inserção dos jovens nos espaços formais de emprego, com o propósito de combater a exploração do trabalho de crianças e jovens, informalidade e precariedade (CARVALHO, 2016) –, disseram que também são beneficiadas com o convênio médico, o qual Erick menciona fazer muita falta. Em contrapartida, George, por morar perto do trabalho, não recebe vale-transporte e nenhum outro auxílio. Três dos jovens mencionaram que gostariam que, entre os benefícios trabalhistas, fosse incluído o auxílio refeição e/ou alimentação.

Sposito (2005), citado por Tomassi e Corrochano (2020), discorre sobre a centralidade do trabalho na vida dos jovens brasileiros e acrescenta que as motivações não estão direcionadas apenas para uma lógica de complementação de renda familiar, mas também à busca pela autonomia. Por esse ângulo, em meados de 2005, o conceito limitado de “inclusão”, que era um grande fetiche das políticas de juventude, foi ganhando crítica devido ao aumento do engajamento jovem nos processos deliberativos. Assim, foram incluídos no centro dos debates conceitos como “autonomia” e “emancipação” (PEREGRINO *et al.*, 2018, p. 149). Ademais, esses mesmos autores argumentam que, com a expansão da escola e das políticas públicas educacionais, a relação dos jovens com o trabalho se tornou complexa e que aqueles que têm dificuldades de encontrar outros espaços de socialização fora do ambiente escolar podem ter um sentimento de desamparo.

Quando ficam claros os limites da ascensão social através do sistema escolar para a maioria, uma ambiguidade se configura, pois em contraste com a manutenção da crença na escola como instituição central para um futuro promissor, o dia a dia nela, o presente, o cotidiano realizam-se em meio à ausência de sentido e precariedade. (PEREGRINO *et al.*, 2018, p. 133).

Nessa lógica, o trabalho é posto como uma das esferas que mais fornece significado para essas pessoas. Esses autores complementam, então, que é preciso pensar como as mudanças dos processos de escolarização têm efeitos em relação à educação e ao mundo do trabalho. “Isso porque, interessa saber de que modo a incidência de políticas públicas específicas para a juventude produziu deslocamentos e ampliou o campo de possibilidades [...]” (VELHO, 2003 *apud* PEREGRINO *et al.*, 2018, n.p.).

Todos os entrevistados também se manifestaram sobre a importância do estudo. Emily e Erick afirmaram que sem o estudo não é possível “ir a lugar algum”. George, Henry e Kiara afirmam que o estudo faz as pessoas crescerem e mudarem de vida.

Eu acho o estudo uma coisa muito importante. Principalmente na vida das pessoas que não têm tanta condição, porque a pessoa muda de vida e aquilo ali torna a sociedade melhor, querendo ou não tem muita corrupção, mas eu acho que a gente faz a mudança com a educação. (GEORGE)

Algumas das perguntas sobre o trabalho foram direcionadas a Henry e Lucas, que não trabalham, e a Jaqueline, que trabalha informalmente. Lucas relata que o trabalho assalariado não é um objetivo neste momento. Outrossim, Jaqueline diz que quer ser independente, não precisar dos recursos de sua mãe para sempre, e, assim como Henry, almeja o trabalho formal assalariado como objetivo de vida. Jaqueline manifesta, contudo, estar confusa sobre o que fazer, pois não está acompanhando o ritmo escolar, mas diz que, mesmo assim, deseja um dia cursar a faculdade para ter um emprego estável e construir sua vida.

Enfatizando a fala de Jaqueline, é importante mencionar as perspectivas dos jovens acerca da preparação proporcionada pelas escolas para o vestibular. George, que estuda em escola particular, conta que o ensino em sua escola é muito bom e que fornece uma boa preparação para vestibulares e concursos, pois possui foco nisso a partir do Ensino Médio. Já os que responderam que a escola não fornece esse tipo de preparação, justificaram a resposta expondo o cansaço e a falta de empenho de alguns professores, falta de projetos nas escolas que auxiliem os alunos em seus estudos e de consistência do que é ensinado nas aulas.

[...] infelizmente, a escola não prepara. Assim como existem alunos desinteressados também existem professores que cansaram da profissão. Muitos professores já cansaram. [...] eu acho que a escola não conseguiu acertar ainda, ela ainda não consegue

ser suficiente para uma prova de concurso público, [...] precisa sempre de um complemento, precisa do aluno buscar em outras ferramentas. (JAQUELINE).

Segundo os entrevistados, muitas pessoas não têm acesso a outros meios de estudo, como a internet, livros, apostilas, cursinhos etc. Seu único meio de preparação é o ofertado pelas escolas –, por isso, o investimento por parte desta se faz tão necessário.

De acordo com Borges e Carnielli (2005), o ensino proporcionado pelas escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas, não serve suficientemente como base para que os alunos participem de processos seletivos e alcancem os cursos de maior prestígio social. Assim, na ausência da oferta pública dos cursos preparatórios para o acesso ao Ensino Superior, é necessário um alto investimento financeiro por parte dos pais dos estudantes, ou dos próprios estudantes, que se dividem em carreiras duplas de estudo e trabalho, para cobrir os altos custos da preparação para os processos seletivos.

Em relação ao que poderia dificultar a inserção no mercado de trabalho, Henry, Jaqueline e Lucas apontaram questões sobre a desigualdade social. Henry e Jaqueline argumentam sobre a falta de oportunidade de um jovem conseguir a “experiência” exigida pelas empresas; Lucas diz que a questão mais grave é a racial. Contou-nos que, por ser negro, há para ele impedimentos, e que, recentemente, essa foi uma dificuldade que teve em uma instituição. Jaqueline diz sobre sua realidade, que contrasta com a de jovens do seu círculo social que possuem mais oportunidades para essa inserção:

A maioria dos meus outros amigos, seja da igreja, seja de outros lugares, os pais têm condição de pagar curso. A minha mãe já não tem por que o meu pai não ajuda, ele é pai de boca praticamente, [...] eu vivo bem, mas não daria para inserir um curso nas questões. [...] Então, quando eu tenho dificuldade, como sou ruim na matemática, eu não tenho a chance de que minha mãe pague alguém para me ensinar [...]. (JAQUELINE)

Tommasi e Corrachano (2020), ao citarem Sposito (2007), lembram que, a partir da década de 1990, ganharam impulso, no Brasil, medidas governamentais direcionadas à geração de trabalho e renda, ao combate ao desemprego e à proteção para desempregados, e as ações públicas dirigidas a jovens. Porém, a temática do trabalho juvenil foi marcada pelo desemprego, informalidade e precariedade, em especial por aqueles atravessados pelos segmentos historicamente afetados pela desigualdade, como as jovens mulheres, os jovens pobres, as pessoas negras (OIT, 1999 *apud* TOMMASI; CORRACHANO, 2020).

Jaqueline e Henry apontam que as empresas exigem logo no primeiro emprego, além de experiência, cursos de computação, idiomas, profissionalizante e outros. Portanto, possuir

esses cursos facilitaria o acesso a uma vaga. Jaqueline esclareceu que possuir contatos influentes também ajuda, haja vista a possibilidade de indicações. Contudo, Lucas menciona o WhatsApp como um facilitador para acompanhar as vagas de emprego, ressaltando essa comunicação informal e o "boca a boca" como meios eficientes na busca por emprego.

Todos os entrevistados mencionaram a promoção de cursos pelo Estado como um investimento necessário para melhor integração dos jovens no mercado de trabalho. Jaqueline acrescentou sobre a importância da escola como mediadora.

[...] Então seria bom o governo introduzir isso de uma forma boa, não com essa "encheção de linguiça" que eles arrumam, [...] seria isso, o governo pensar "pô, eu preciso de mão de obra, o país precisa de mão de obra, então o que eu posso fazer para os alunos e os estudantes se interessem a entrar no mercado de trabalho nas áreas essenciais, nas áreas que a gente precisa?" [...] tem muito trabalho que precisa ser visto, e tem muita gente que nem conhece outras áreas para poder se interessar [...]. (JAQUELINE)

Apesar de alguns avanços para a integração do jovem no mundo do trabalho, há, sem dúvida, insuficiências de políticas públicas com o propósito de profissionalização juvenil. Os jovens pobres, que dependem exclusivamente da educação pública e gratuita ofertada pelas escolas estaduais de bairro, não possuem acesso ao ensino técnico e profissionalizante, logo, estão afastados da formação profissional tão almejada. Evidencia-se, assim, a difícil relação entre a educação escolar e o trabalho, ocorrendo diversos atravessamentos que dificultam a integração dos jovens pobres no mundo do trabalho.

4.3 Sobre a inserção nos espaços culturais, na prática esportiva e no lazer

Os jovens entrevistados concebem o lazer como um tempo de descontração e de descanso da rotina diária, como uma fuga dos padrões que eles têm que seguir normalmente ou mesmo como um momento para esquecer os problemas. Para eles, o lazer é um tempo livre para se fazer o que se gosta ou mesmo não fazer nada. Um tempo para se divertir, para aproveitar o conforto da desobrigação. Em consonância a isso, a literatura nos aponta que

as características determinantes do lazer em relação à atitude de quem as vivencia no tempo, no momento em que elas ocorrem são: o lazer é lúdico, tem tempo certo, é realizado fora do trabalho, em tempo livre ou tempo disponível, possui caráter desinteressado, seu objetivo primário é a satisfação pessoal, ligada à qualidade das ocupações desenvolvidas e, por fim, não é sinônimo de ócio (MARCELLINO, 1990 *apud* BACHA *et al.*, 2008, p. 84).

Cabe ainda ressaltar que o “lazer se configura como uma das principais dimensões da vivência juvenil na contemporaneidade, fundamental para a elaboração de suas identidades, formação de valores, referências e na sua relação com o espaço público” (MARTINS *et al.*, 2014, p. 44).

Nesse sentido, identificamos, a partir dos relatos dos nossos entrevistados, que o lazer é vivenciado por eles de diferentes formas e pode configurar-se em atividades externas, isto é, visitas aos espaços públicos e privados, consumo de entretenimento em locais específicos para tais fins, ou mesmo através de atividades domésticas, que pode ser assistir a séries (principalmente, na Netflix), assistir a vídeos no YouTube, jogar *sudoku*, ler um livro, tocar violão. Dentre essas possibilidades, o jogo de videogame se destaca como uma atividade de lazer preferida tanto entre meninos quanto entre as meninas.

Assim, constatamos que o lazer perpassa essencialmente a condição econômica dos sujeitos, uma vez que, mesmo quando ele se dá nos ambientes domésticos, é tido “como mercadoria de consumo, disponível no mercado” (BACHA *et al.*, 2008, p. 84), ou seja, para que esses jovens tenham acesso ao Netflix, por exemplo, é necessário um investimento financeiro. Não obstante, em relação às atividades de lazer externas, a falta de dinheiro apareceu como um obstáculo no registro de um dos entrevistados, ao dizer que “mesmo trabalhando e tudo mais, tinha um limite de dinheiro, não dava para investir tudo (o que ganhava) em lazer” (LUCAS). Apesar desse impedimento, o lazer é vivido pelos jovens prioritariamente fora de casa. As saídas são bastante diversificadas, desde idas ao parque, ao cinema, museus, exposições, pontos turísticos, até passeios de domingo no clube e jogar bola na rua.

No que diz respeito aos lugares frequentados por esses jovens, o passeio no cinema é um programa que todos eles relatam gostar. Além disso, o *shopping* aparece no relato dos entrevistados como um espaço constantemente visitado e sobre isso a literatura nos aponta que “o *shopping center* é realmente um novo espaço de lazer e sociabilidade, em especial para os adolescentes” (PINTAUDI, 1992, p. 7 *apud* WYPYCH, 2011, p. 144).

o shopping center acabou se tornando um local de formação cultural, sociabilidade e lazer, onde as compras, que no princípio eram seu principal motivo de existência, muitas vezes acabam em segundo plano. E é em decorrência dessa diversidade social e cultural que se pode perceber claramente a distinção social, uma das maiores discriminações que existem nesses centros (WYPYCH, 2011, p. 142).

De acordo com os relatos dos entrevistados, em ambos os locais citados – cinema e *shopping* – o alto custo é um fator que dificulta o acesso a esse tipo de lazer. Uma ida ao cinema engloba o gasto com o ingresso, alimentação e transporte, assim, seu custo oscila entre

trinta e oitenta reais. Com relação ao *shopping*, há também o relato de quem diz ir a esse local com pouca frequência por causa do gasto com sua locomoção e do valor dos produtos vendidos nesse local.

Dentre os jovens entrevistados, a maioria (7 de 8) disse que já teve acesso a equipamentos culturais, como museus, teatros, concertos e shows musicais. Apesar da periodicidade não ser grande, pois todos que responderam que conhecem e/ou frequentaram algumas vezes, isso ocorreu por meio de visitas escolares ou de passeios quando eram crianças,

Essa articulação entre os espaços culturais, como os museus e a escola, fornecendo um primeiro contato da população periférica com esses equipamentos, é fundamental na constituição dos agentes sociais, como afirma Coelho (2009, p. 17):

A proposta primordial dessa parceria educativa entre escola e museu, ou seja, a relação social entre essas duas instituições de ensino, uma formal e a outra não-formal, é diversificar as formas de aprendizagem para melhor atender as necessidades dos alunos. Deve-se levar em consideração, que no diálogo entre educação e cultura é importante formular diretrizes e estratégias, bem como reafirmar o compromisso com a construção da cidadania e com o aprendizado.

Apesar da importância desses espaços, percebe-se que suas localizações representam um entrave, isto é, o deslocamento da população que mora na periferia para acessá-los. A partir das respostas levantadas, podemos ressaltar que o acesso à mobilidade pelos sujeitos periféricos não pode ser entendido apenas como “locomoção”, mas como ferramenta de “acesso público” (BARBOSA *apud* MIRANDA, 2018). Essa demanda não correspondida – isto é, de não acessar os equipamentos, apesar de conhecê-los – fica perceptível quando os jovens dizem conhecer os equipamentos; eles possuem uma dificuldade de mobilidade (territorial e financeira) de acesso.

A partir dos dados levantados na pesquisa, ainda podemos assinalar que o acesso a atividades culturais se dá, na sua maioria, a partir do ambiente educacional. Com exceção de dois dos entrevistados, a resposta sobre “com quem você foi a esses espaços culturais” indicava a escola como agente dessa interação. Isso ressalta o que dissemos anteriormente, isto é, a importância da articulação da escola e dos equipamentos culturais (COELHO, 2009).

No que concerne à questão do acesso, a maioria (5 de 7) dos entrevistados não enxerga os espaços e atividades culturais como acessíveis. As percepções variam, desde a questão do deslocamento e do seu impacto financeiro, quanto da própria sensação de não pertencimento e de exclusão. Em geral, apesar de as entrevistadas e os entrevistados conhecerem lugares e atividades gratuitas, fatores multilaterais, como a falta de incentivo para frequentar esses lo-

cais, a distância física entre os ambientes culturais e a residência dos entrevistados, entre outros, dificultam o acesso/participação.

Nesse sentido, desde 1996, um estudo da Prefeitura de Belo Horizonte já indica essa sensação de não pertencimento da população em relação aos espaços culturais. O estudo diz:

Os ‘cidadãos comuns’ sentem-se excluídos e inferiorizados frente ao mundo da cultura. É, para eles, mais uma forma de marcar as diferenças sociais. As pessoas são remetidas para o ‘seu lugar’. Ao invés de criar hiatos na realidade cotidiana, através da possibilidade do prazer do entretenimento, as manifestações culturais tendem a separar e marcar ainda mais a hierarquização da sociedade. A ‘posse de cultura’ surge como uma marca dos segmentos de renda muito elevada da população. O mundo da cultura está sempre um degrau, ou mais, acima daquele em que o interlocutor acredita estar (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1996, p. 31 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 106).

Percebeu-se que essa elitização dos espaços é sentida de maneira indireta pelos jovens entrevistados. As respostas apontam para a mesma direção: “geralmente é elitizado”; “a gente sente que é uma coisa muito elitizada”; “eles são mais elitizados”; “são bem elitizados, poxa”. Isso nos leva a concordar com Mendonça (2010, p. 115) quando ele diz que “a trama da cultura é tecida por todos. Mas, a oportunidade do contato com os produtos culturais ainda está distante de muitos”.

O fator ambiental, em conjunto com a perspectiva social, gera uma inadequação do sujeito e do espaço. Esse diagnóstico nos aponta que, de algum modo, o acesso à cultura “concentra-se em determinada parcela da população, caracterizada por um perfil demográfico, educacional e econômico, como também pelas condições de oferta dentro do contexto regional em que os indivíduos estão inseridos.” (PAGLIOTO; MACHADO, 2012, p. 727).

Em relação à prática esportiva, dos oito jovens entrevistados, cinco são inativos, ou seja, não realizam nenhuma atividade atualmente. Os jovens entrevistados que se afirmaram ativos têm como prática esportiva o futebol, o vôlei, a corrida, a caminhada, a dança e o ciclismo. A brincadeira de soltar papagaio também foi considerada por um dos entrevistados como atividade física.

Tendo isso em vista, um estudo dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizado com estudantes do 9º ano de escolas públicas e privadas de todas as capitais brasileiras e do Distrito Federal, mostrou que alunos de escolas privadas eram mais ativos na prática esportiva do que aqueles de escolas públicas (45,1% *versus* 42,6%), o que poderia levar a pensar que a questão econômica seria uma das causas do menor engajamento esportivo entre os alunos de escola pública. Além do fato de que muitos jovens trabalham, não restando tempo para a prática de esportes.

Em relação ao local onde os jovens praticam esporte, foi relatado nas entrevistas que esta prática acontece na rua, em campos de futebol e quadras poliesportivas no próprio bairro ou em bairros vizinhos. Alguns utilizam quadras alugadas, quadras públicas ou quadras de escolas.

Quando perguntados sobre os locais de lazer existentes em seu bairro e/ou comunidade, os jovens relatam a existência de equipamentos de lazer, como praças, academia popular, quadra poliesportiva e campinho, presentes em quase todos os bairros. Alguns jovens, no entanto, preferem frequentar os espaços de lazer de bairros vizinhos, “mais nobres”, por serem considerados mais tranquilos. A falta de conservação e cuidado das praças, e a degradação dessas, além da presença de usuários de drogas, são os motivos relatados pelos jovens para o não uso dos equipamentos de lazer de seus próprios bairros.

Essa falta de segurança nos espaços de lazer e a centralização de oportunidades de lazer nas áreas nobres dos grandes centros urbanos também são descritos por Nogueira (2011) como elementos dificultadores da difusão da prática esportiva nos bairros periféricos. Além disso, a qualificação dos espaços públicos é uma exigência necessária para a prática esportiva, bem como a qualificação dos profissionais que nela atuam.

Martins (2004) argumenta ser importante a recuperação e transformação de praças em espaços públicos de esporte e lazer como meio de proporcionar um maior acesso à população jovem periférica ao esporte. Estes autores mostram que a depredação dos espaços públicos e a falta de segurança infelizmente apontam para problemas mais amplos e recorrentes, enfrentados não somente pela população periférica da regional Norte de Belo Horizonte quando seus moradores tentam ter acesso a locais para a prática da atividade física.

A inserção dos jovens periféricos em programas sociais esportivos não foi abordada durante as entrevistas de forma específica e também não foi mencionada pelos entrevistados de forma espontânea. Por isso, não é possível afirmar com segurança que os jovens entrevistados nunca participaram de tais programas. Não obstante, entendendo a importância do esporte para este público, é possível reafirmar que é “necessário construir propostas pedagógicas capazes tanto de problematizar o lugar social do esporte, como de fortalecer seu papel como vetor para a construção de uma sociedade justa e igualitária” (NOGUEIRA, 2011, p. 112).

4.4 Sobre a mobilidade urbana

Perguntamos aos entrevistados qual meio de transporte eles utilizavam para se locomover e todos mencionaram o ônibus como o mais utilizado. Três dos entrevistados – Emily, Erick e Henry – usam apenas o ônibus como meio de transporte tanto para atividades cotidianas quanto para lazer. Corroborando com as respostas, Miranda e outros (2017) citados por Lobo e coautores (2019) afirmam que as populações periféricas usam, em sua maioria, o transporte público como meio principal de deslocamento, principalmente os ônibus.

No que tange ao Trem Metropolitano de BH (metrô de superfície), também citado como meio de transporte utilizado por quatro jovens entrevistados, percebe-se uma limitação espacial bastante significativa, haja vista que este possui uma extensão de apenas 28,1 km, conectando parcialmente a região Norte à Oeste, flanqueando a área central de BH. Por isso, seu uso geralmente ocorre combinado ao uso de algum outro meio de transporte ou apenas para áreas muito específicas da cidade, como descrito por Júlia e Lucas. Dentre as respostas, surgiu, ainda, o transporte por meio de aplicativos, que pelo fato de ser mais dispendioso é utilizado de maneira mais esporádica, geralmente para atividades de lazer no final de semana.

O tempo médio gasto diariamente nas locomoções pelos jovens entrevistados, é de 1 hora e 27 minutos, sendo que cinco jovens responderam que este tempo varia entre uma e duas horas. Jaqueline explica que o trânsito depende de momentos de engarrafamento e chuva. Henry expõe um tempo menor de trinta minutos até a escola e Júlia diz permanecer quase quatro horas dentro do transporte público diariamente. A média de tempo indicada nas respostas está em consonância com a pesquisa realizada por Mont’Alvão (2011), que constatou o tempo médio de deslocamento diário por meio de transporte público em Belo Horizonte em torno de 1 hora e 39 minutos. A quantidade de tempo despendida no transporte se deve, em muito, ao avanço da motorização – aumento do uso de veículos particulares para deslocamento –, ocasionando baixas velocidades médias nos transportes coletivos.

Questionados sobre como eles consideravam o tempo gasto no deslocamento, Emily, Henry e Kiara disseram considerar razoável e até mesmo normal. Enquanto quatro outros entrevistados caracterizaram como “horrível”, “cansativo” e “ruim”. Eles se queixam do desconforto, do atraso e superlotação dos coletivos e do tempo que perdem no deslocamento e que poderiam usar para outras atividades.

Ao serem indagados sobre quanto gastam com transporte diariamente, as respostas variaram entre R\$ 3,50 e R\$ 18,00. Lucas afirma gastar por volta de R\$ 300,00, enquanto Jaqueline gasta por volta de R\$ 200,00 por mês. Quanto ao gasto com aplicativo, Erick conta que

“É uma coisa que sai bastante caro, uma coisa que me atrapalha muito”. Em relação ao valor médio que os entrevistados gastam para se locomover nos finais de semana para as suas atividades de lazer, o resultado ficou entre R\$ 14,00 e R\$ 30,00, sendo realizado, na maioria das vezes, através de transporte público.

Emily, Kiara, Jaqueline e Júlia recebem auxílio para o transporte. Jaqueline diz que usa o Meio Passe Estudantil, enquanto Júlia, Kiara e Emily recebem vale-transporte das empresas onde trabalham. O vale-transporte, criado por lei federal em 1985, foi uma tentativa de democratização do acesso aos transportes públicos, na medida em que cobra dos empregadores o dever de financiamento dos gastos mensais de transporte coletivo de seus empregados que excederem a 6% de seus salários (GOMIDE, 2006). No entanto, esse é um benefício direcionado apenas aos trabalhadores com carteira assinada, não contemplando os trabalhadores informais e os desempregados.

A percepção que os jovens apresentam sobre o transporte e sua acessibilidade para as atividades de lazer é de descontentamento. Henry considera a qualidade dos transportes muito ruim e acrescentou que as frotas deveriam ser reformadas, pois estão deterioradas e sem equipamento de proteção. Kiara expõe que o ônibus de seu bairro demora para passar e que às vezes, é preciso utilizar o metrô para não se atrasar. Outro fator mencionado foi que os pontos de parada dos ônibus não estão em locais estratégicos. Os registros da BHTrans (2011 *apud* Ramos, 2013) indicam ainda que 48,2% da população da regional Norte avalia o transporte coletivo como ruim ou péssimo. Ademais, as reclamações mais presentes no discurso dos usuários do transporte público referem-se ao tempo de viagem e de espera, lotação dos ônibus, a quantidade insuficiente de veículos e ao valor das tarifas – nessa época, a passagem custava R\$ 2,45; hoje o valor é R\$ 4,50. Estes dados, apesar de serem de 2013, ainda representam a realidade, como é possível perceber através das respostas dos entrevistados para os aspectos em questão.

A maior parte dos jovens entrevistados considera o seu acesso a outras regiões de Belo Horizonte “complicado”, devido ao grande tempo despendido no trajeto e à necessidade de fazer baldeações, tornando a viagem cansativa, desgastante e desanimadora. A grande demora apontada por eles não é causada somente pelo tempo gasto no trajeto dentro do ônibus, mas também pelo tempo de espera pelo ônibus, que costuma ser longo. Lucas aborda duas questões importantes em relação à mobilidade urbana. A primeira é que as informações sobre os ônibus que transitam em cada região e bairro da cidade de Belo Horizonte não são de fácil entendimento. Outra questão diz respeito ao tempo de deslocamento e se refere ao fato de que,

partindo da região central da cidade, às vezes, a viagem a outras cidades da região metropolitana acontece mais rapidamente do que a bairros mais afastados da região Norte.

Em relação ao deslocamento nos grandes centros urbanos e ao tempo despendido pela população periférica para se deslocar pela cidade, Carvalho (2016, p. 9) aponta para a necessidade de reordenamento territorial urbano, no sentido

de aproximação da população mais pobre às áreas de maior dinamismo econômico-social, ou no sentido inverso, promover maior desenvolvimento às áreas mais carentes dos aglomerados urbanos, o que permitiria reduzir a necessidade de grandes deslocamentos por parte dessa população.

Ele propõe também que sejam realizadas políticas públicas permanentes de investimento em infraestrutura de transporte de massa e transporte não motorizado, “priorizando os corredores de transporte e as áreas periféricas de maior concentração da população urbana” (CARVALHO, 2016, p. 10). Em concordância, Mont’Alvão (2011, p. 141) descreve que

uma melhoria do sistema público de transportes, tem como consequência a diminuição do tempo que as pessoas dispõem em cada deslocamento, o que diminuiria a jornada diária para o trabalho e outros lugares, liberando mais tempo para outras atividades.

Esses autores entendem que um acesso mais amplo e democrático ao espaço urbano é parte de uma política de inclusão social. De fato, a dificuldade de acesso aos locais de trabalho, estudo e lazer da população jovem periférica abordada foi constatada nesta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante as informações apresentadas, entende-se que grande parcela da população juvenil periférica apresenta inúmeras dificuldades para uma vivência digna e igualitária nas diferentes esferas sociais.

Constatamos que o contato com o mundo do trabalho ocorre cedo, muitas vezes por meio da prática informal, cuja condição está relacionada à ausência de oportunidades e de projetos de integração jovem. Além disso, identificamos uma carência de benefícios trabalhistas que seriam essenciais para a qualidade de vida dos jovens. Nesse sentido, ficou evidente a necessidade de um programa de aprendizagem que esteja voltado para a inserção de maneira humanizada dos jovens nos espaços formais de emprego, garantindo esse e outros muitos direitos importantes. Além disso, como bem aponta a literatura, o trabalho juvenil foi e tem sido

marcado pela desigualdade, pelo desemprego, pela informalidade e precariedade do trabalho, especialmente pelas minorias como as jovens mulheres, os jovens pobres e as pessoas negras.

No que se refere à percepção dos jovens periféricos sobre sua inserção na educação formal, percebeu-se que atualmente as ferramentas disponibilizadas a eles para que lidem com sua realidade e ajam sobre ela são insuficientes, o que inviabiliza a carreira acadêmica do estudante periférico. Sendo assim, é necessária a criação/adaptação de políticas públicas visando à provisão do que o estudante necessita, para que consiga se dedicar aos estudos. Além disso, a estrutura e as condições de ensino devem possuir a qualidade necessária para que haja uma aprendizagem efetiva, possibilitando que o jovem alcance os objetivos de vida almejados.

No que diz respeito ao acesso ao lazer, constatamos que existe uma escassez de políticas públicas que garanta à população periférica o acesso pleno aos equipamentos públicos de lazer. Além disso, é necessária uma mudança na visão social instituída acerca da população periférica e sua relação com o lazer, ou seja, uma desconstrução de estigmas que afirmam a existência de um lugar social delimitado e reservado a ela, desconsiderando que assim como em qualquer outra comunidade, a periferia comporta sujeitos de direitos.

Em relação à prática esportiva, verificamos alguns fatores que apareceram associados à baixa prática esportiva: a falta de tempo, em função da sobrecarga de trabalho e de estudo; a falta de interesse dos jovens; a ausência de espaços públicos apropriados para esta prática nas regiões periféricas pesquisadas. Destaca-se a importância da implementação de políticas públicas que garantam o acesso ao esporte a este público.

Na questão da mobilidade urbana, a partir das respostas dos entrevistados, foi constatada uma dificuldade de acesso aos locais de trabalho, estudo e lazer, uma vez que outras alternativas como metrô e carros de aplicativo são cotidianamente inviáveis. Entende-se, portanto, que um acesso mais amplo e democrático ao espaço urbano, que passa por meios de transporte mais eficientes e rápidos, deve fazer parte de uma política pública de inclusão social.

Ao concluir este estudo, a expectativa é de que os problemas aqui apontados fomentem o desenvolvimento de posteriores pesquisas e aprofundamentos acerca desta temática, que possam servir de subsídios às políticas públicas de acesso e inserção dos jovens periféricos nas diferentes realidades urbanas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer XVI**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 13-25, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/203/1/ABRAMOVAY_CASTRO_serjovem_2015.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- ABRAMOVAY, M (Coord.); CASTRO, M. G.; LIMA, F.; PINHEIRO, L.; RODRIGUEZ, E. **Políticas Públicas, de/para/com Juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135923>>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- BACHA, Maria de Lourdes; VIANNA, Naadia Wacila Hanania; SOUZA, Saulo Soares de; PEREZ, Gilberto. Lazer e classes populares: uma proposta de segmentação. **o&s**, Salvador, v. 15, n. 44, p. 81-99, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n44/05.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- CABRAL, Elen Soraia de Menezes. Fortalecimento e desgaste da saúde de jovens que trabalham e estudam. **Revista Nursing**, São João del Rei, v. 1, n. 2395, p. 2399, set. 2018. Disponível em: <<http://www.revistanursing.com.br/revistas/245/pg33.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- CARVALHO, C. H. R. Desafios da mobilidade urbana no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27709>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- CERQUEIRA, Eugênia. As desigualdades de mobilidade nas periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte: um estudo das atividades de comércio, lazer e saúde. **Cadernos Metrôpole** [online], São Paulo, v. 12, n. 41, p. 35-51, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962018000100035&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- COELHO, Andreza Erica. A relação entre Museu e Escola. (Relatório Final) Orientador: Hamilton Rosa Ferreira. UNISAL, Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UE Lorena. Lorena: 2009. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/A-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-Museu-e-Escola.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2020.
- COTTA, Francis Albert; SILVA, Marcilene da. Um olhar para a periferia: o processo de favelização na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Igualitária: Revista do Curso de História da Estácio BH**, Belo Horizonte, v. 6, n. 7, p. 1-15, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/historiabh/article/view/2250/periferia>>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- DUARTE, Aldimar Jacinto. A Educação Escolar e os processos de enfrentamento da realidade urbana por jovens da periferia. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 75-91, 2014. Disponível em:

<<http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/3591>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Ed. Cortez, 1990. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GOMES, D. M.; MORAES, B. F. B. O mundo do trabalho: alguns desafios e obstáculos para a juventude da periferia contemporânea frente à formação profissional. In: XIII Encontro nacional de história oral. 2016. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462051984_ARQUIVO_ArtigoCompletoFinal.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, Brasília, n. 12, p. 242-250, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4511/1/bps_n.12_ensaio5_alexandre12.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

GROSSI, Esther Pillar; BORDIN, Jussara (Orgs.). **Construtivismo Pós-Piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
IBGE. **Belo Horizonte**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LOBO, C.; MIRANDA, G. C.; LESSA, D. A.; CARDOSO, L.; CARDOSO, L. A mobilidade urbana em Belo Horizonte: evidências do descompasso entre posse e viagens por automóveis. In: **33º Congresso da ANPET**, 2019, Balneário Camboriú. Disponível em: <http://www.anpet.org.br/anais/documentos/2019/Planejamento%20Territorial%20do%20Transporte/Mobilidade%20e%20Acessibilidade/5_460_AC.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MARINHO, Marco Antônio Couto. Juventude marginal: trajetória de vida de Miro na periferia metropolitana de Belo Horizonte. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 659-676, 2015.

MARTINS, C. H. S. Políticas Públicas de Esportes para juventude na Baixada Fluminense/RJ: uma discussão introdutória. **27ª Reunião Anual da ANPED**, GT 03. Caxambu. 2004. Disponível em: <<https://anped.org.br/sites/default/files/t034.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2020.
MARTINS, Manoela Pagotto *et al.* Representações sociais e vivências de lazer na juventude. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-54, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/viewFile/12202/9501>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MATTOS, Elsa de; CHAVES, Antônio Marcos. Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 540-555, set. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300008>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Cenário cultural de Belo Horizonte: a comunicação em cena nos palcos do teatro e da dança. **Organicom**, São Paulo, ano 7, n. 13, p. 103-115, 2º

sem. 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/268367737.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MIRANDA, Giovanni Candido. **Mobilidade urbana por ônibus em Belo Horizonte**: uma proposta de modelo preditivo de viagens e fluxos. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCM-B2DR3A/1/disserta__o_giovanni.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2020.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. Transportes e tempo de mobilidade urbana em Belo Horizonte. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 34, v. 34, p. 127-144, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/12186/7051/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

NOGUEIRA, Q. W. C. Esporte, desigualdade, juventude e participação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 103-117, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n1/a07v33n1.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2020.

PAGLIOTO, Bárbara Freitas; MACHADO, Ana Flávia. Perfil dos frequentadores de atividades culturais: o caso nas metrópoles brasileiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 701-730, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-41612012000400003>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte. **Revista Planejar BH**, Belo Horizonte, ano II, n. 8, p. 5-14, 2000. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RAMOS, Max Wilson. **Qualidades Medida e Percebida no Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus**. 2013. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia e Transportes) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9CPEFJ/1/disserta__o_final.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2020.

ROSELLI-CRUZ, A. (Coord.). Diagnóstico da situação da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte. **Livro 12: juventudes em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UNILIVRECOOP, 2013. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2018/documentos/cmdca/livro_12_2013_diagnostico_cmdca.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

SILVA, Alex Rosa da. Dualismo no Ensino Médio periférico: a formação para a vida e para o trabalho dos jovens na periferia do rio de janeiro. **Khóra: Revista Transdisciplinar online**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 01-13, 2017. Disponível em: <<http://site.feuc.br/khóra/index.php/vol/article/view/116>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SILVA, Paulo Roberto da; MAYORGA, Claudia. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 298-308, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/psoc/v28n2/1807-0310-psoc-2016aop001.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SOARES, Angela Cristina Dias. **A influência da personalidade do professor na aprendizagem**. 1997. 29 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/AngelaCristinaDiasSoares.PDF>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SOTO, William Héctor Gómez. Subúrbio, periferia e vida cotidiana. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 109-131, 2008.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Clara. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 353-372, ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200353&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2020.

WYPYCH, Patrícia Regina. Shopping center: um espaço de lazer e socialização para o adolescente. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 13, p. 139-151, 2011. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/520>>. Acesso em: 12 nov. 2020.